

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.607 MINAS GERAIS**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. CELSO DE MELLO</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: MYRIAM LÚCIA FROTA FIGUEIREDO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MYRIAM LÚCIA FROTA FIGUEIREDO</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: JORNAL TRIBUNA DO POVO LTDA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ELIZABETE BATISTA DE BASTOS</b>

**DECISÃO:** O recurso extraordinário **a que se refere** o presente agravo **foi interposto** contra acórdão que, **confirmado** em sede de embargos de declaração pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, **está assim ementado:**

*“CONEXÃO – DANOS MORAIS À IMAGEM E À HONRA  
DIREITO DE INFORMAÇÃO ABUSO NÃO CONFIGURADO –  
RECURSO NÃO PROVIDO.”*

O exame da presente causa **evidencia** que o recurso extraordinário em questão **não se mostra** viável.

**É que não se revela cabível** proceder, em sede recursal extraordinária, a indagações de caráter eminentemente probatório, **especialmente** quando se busca discutir elementos fáticos subjacentes à causa.

**No caso**, a verificação da procedência, ou não, das alegações deduzidas pela parte recorrente **implicará** necessário reexame de fatos e de provas, **o que não se admite** na sede excepcional do apelo extremo.

Essa pretensão **sofre as restrições** inerentes ao recurso extraordinário, **em cujo âmbito não se reexaminam fatos e provas**, circunstância essa que **faz incidir**, na espécie, a **Súmula 279** do Supremo Tribunal Federal.

**Impõe-se registrar, finalmente,** que esse entendimento **vem sendo observado** em sucessivos julgamentos proferidos no âmbito desta Corte (AI 302.046-ED/SP, Rel. Min. ILMAR GALVÃO – AI 673.117-AgR/SP, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – AI 766.309-AgR/RS, Rel. Min. EROS GRAU – RE 602.233-AgR/DF, Rel. Min. AYRES BRITTO, *v.g.*):

*“CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. LIBERDADE DE INFORMAÇÃO. ART. 220 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ABUSO DO DIREITO. INVIOABILIDADE DO PATRIMÔNIO MORAL. ART. 5º, X, CF/88. INDENIZAÇÃO. SÚMULA STF 279.*

*1. A ponderação do princípio da liberdade de informação firmado no art. 220 da Constituição Federal com a garantia constitucional da reparação por danos morais implicaria o reexame do conjunto fático-probatório, já debatido pelas instâncias ordinárias, inviável nesta sede recursal. Precedentes.*

*2. Incidência da Súmula STF 279 para aferir alegada ofensa aos arts. 5º, X, e 220 da Constituição Federal.*

*3. Inexistência de argumento capaz de infirmar o entendimento adotado pela decisão agravada.*

*4. Agravo regimental improvido.”*

**(RE 389.096-AgR/SP, Rel. Min. ELLEN GRACIE)**

**Sendo assim,** e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente agravo, **para negar seguimento** ao recurso extraordinário, por manifestamente inadmissível (CPC, art. 544, § 4º, II, “b”, na redação dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator